

O MUNDO ANTIGO A PARTIR DOS ESCRITOS DE F. NIETZSCHE: a eterna luta entre a moral aristocrática antiga e a moral judaico-cristã

Thiago Gomes da Silva
Mestrando em Filosofia - UFPB

RESUMO: Muitos foram aqueles que contribuíram para a perpetuação de uma série de preconceitos contra a política, a cultura e a própria concepção de existência das civilizações antigas. Em contrapartida, os textos de Friedrich Nietzsche possibilitam, de certa forma, resgatar uma imagem fortalecida do mundo antigo, apresentando-o com uma ótica peculiar. O filósofo também interpreta de maneira distinta a queda do Império Romano e frisa que sua representatividade moral esteve, e ainda estaria presente no próprio movimento que é história da humanidade, numa constante e eterna luta com aqueles valores responsáveis pela queda formal do Império. Uma luta entre as tábuas valorativas que compreendem os conceitos de bom e ruim contra bem e mal, a vigência do embate entre Roma contra Judéia, ou ainda, do Império Greco-Romano contra o Judaico-Cristianismo.

PALAVRAS-CHAVE: representatividade; moral; transvaloração.

ABSTRACT: Many were those who contributed to the perpetuation of a series of prejudices against politics, culture and the very conception of the existence of the ancient civilizations. In counterpart, the texts of Friedrich Nietzsche possible, somehow, to rescue an enhanced image of the ancient world, presenting him with a unique perspective. The philosopher also interpret differently the fall of the Roman Empire and stresses that their representation moral would be still present in the very movement that is human history, in a constant and eternal struggle with those values for formal fall of the empire. A fight between the evaluative scopes who understand the concepts of good and bad against good and evil, the duration of the conflict between Rome against Judea, or even the Greco-Roman Empire against Judeo-Christianity.

KEY-WORDS: representativeness; moral; revaluation.

O Império em foco

Por centenas de anos grande parte do mundo antigo fora submetido ao poder do *Império Romano*. Impor as diretrizes do direito imperial a uma extensão territorial tão vasta só foi possível, na maioria das vezes, com o auxílio da eficaz política de guerra e escravidão tradicional no mundo antigo. Outras tantas, através do simples e impactante fascínio que

uma organização daquele porte e refinamento despertava nos povos que habitavam suas fronteiras. Ao fim, a grandeza e a magnitude do Império Romano acabaram por se reconfigurar como os elementos responsáveis por seu declínio. Muitos foram os olhares lançados sobre esta história, mas é importante atentar que uma grande parte destes contribuiu efetivamente à perpetuação de uma série de preconceitos contra a política, a cultura e a própria concepção de existência das civilizações antigas¹.

Na margem “oposta” do rio encontra-se uma perspectiva histórico-interpretativa, auxiliada por uma postura crítica peculiar. Tal postura, originária de uma filosofia que soa ao som de marteladas, acaba por complementar esta vastidão de interpretações que compõe o arcabouço histórico acerca da antiguidade. Essa abordagem não pretende simplesmente compreender como se deu a queda do Império Romano, mas sim, demonstrar como a representatividade moral greco-romana esteve, e de certa forma está, presente na história da humanidade, numa constante e eterna luta com aqueles valores responsáveis pela queda do Mundo Antigo.

Desde sua formação acadêmica, como também nas atividades docentes, Nietzsche se filiara ao mundo antigo no estudo e ensino dos clássicos gregos. Isso resultará na publicação de obras como *O Nascimento da Tragédia* em 1872, entre tantas outras que tiveram como plano de fundo a Antiguidade; fosse para criticá-la ou toma-la como referencial. Mas especialmente desde a publicação de *Aurora* em 1881, uma série de pequenas apreciações referentes ao mundo romano foram lançadas no decorrer das várias obras que se seguiram, ecos de uma perspectiva aristocrática da história. O que fica evidente, a primeira vista, é que o autor supervalorizou o universo aristocrático greco-romano numa constante contraposição analítica dos seus aspectos morais e estéticos com aqueles vigentes no mundo modernizado e majoritariamente cristão.

Mas o que Nietzsche desejava frisar era a existência de uma contraposição, como também de uma transvaloração de valores que teria sido a principal responsável pela queda do Império Romano. Este conflito entre sistemas valorativos não se limitou à época da existência formal do estado greco-romano, mas se alastrou progressivamente no decorrer da história por diversas sociedades. São estes os conceitos de *bem* e *mal*, que tiveram origem no judaísmo e no cristianismo primitivo, e que entraram em conflito direto com os conceitos de *bom* e *ruim*, tradicionais no mundo guerreiro antigo, onde se destaca a civilização greco-romana. Estes conceitos irão colocar de um lado o Império Romano

¹ Este raciocínio é apresentado com maior clareza no artigo intitulado *A Vingança Contra Roma...* de Yolanda Gloria Gamboa Muñoz.

tradicional e aristocrata, enquanto símbolo de toda perversão e crueldade, contrastando com os ideais judaico-cristãos representados pelos imperativos de igualdade, justiça e compaixão com o próximo.

Por séculos os romanos venceram, mataram e escravizaram, e com isto conseguiram erguer um dos maiores impérios da história, e juntamente com ele, instituir uma cultura padrão ao ocidente. Foram quase mil anos de expansão das fronteiras e intensificação do sistema escravista de produção que era, de fato, impiedoso, e que no fim das contas tornou-se essencial à própria manutenção econômica do Império. Consequência disto é que os romanos foram vistos, em primeira instância, como os poderosos, mas posteriormente como os cruéis, os opressores e os “maus” por aqueles que eram submetidos ao seu poder. Muito foi o ódio descarregado sobre a imagem da Roma conquistadora, e com isso uma cortina de ideais e conceitos passou a ser jogada sobre a representatividade imperial, especialmente nos seus últimos centenários de existência.

Esse ‘mudo ódio de séculos a Roma, sentido por espectadores cansados, onde quer que Roma dominasse, desfogou-se afinal no cristianismo, na medida em que este juntou Roma, “mundo” e “pecado” numa só percepção’ (NIETZSCHE, 2004: 56). A partir daí, onde existisse escravidão, sofrimento e dominação por parte dos romanos, existiu também um processo de transvaloração de todos os valores efetuado, em primeira instância, pelos judeus, e posteriormente pela grande massa de cristãos² que surge no Império, especialmente com o advento da destruição da Judéia e dispersão de seu povo juntamente com a cultura judaica. Mas para melhor compreender este processo de transformação cultural que passou o Mundo Antigo, torna-se necessário, primeiramente, ter por base as concepções que nortearam as reflexões de Nietzsche.

Império Romano, a maior realização de todos os tempos

Até o fim de seus dias Nietzsche se afirmou como um aristocrata, e tudo que era considerado baixo, representante da normatividade, símbolo da igualdade ou da compaixão, por ele foi desprezado. Foi esta postura de força crítica ante toda a moral tradicional que o imortalizou na história da filosofia, e admiti-la como o “outro lado da moeda” possibilita uma reflexão diferenciada da história. Isto, especialmente com a constatação da existência de interpretações da história tendenciosas, de cunho unilateral e geralmente conduzidas por

² Os primeiros cristãos foram, segundo Patrick Le Roux, as primeiras comunidades judaicas convertidas que se dispersaram após a *Diáspora*; duas grandes batalhas na antiga Judéia marcam a dispersão dos judeus pelo Império: as guerras entre 66 – 70 d.C e 132 – 135 d.C.

moralismo não pronunciado; seja por falta de senso ou simples inconsciência dos valores que norteiam o julgamento.

Sendo um partidário, pois, da aristocracia antiga, e isto principalmente com o desenvolvimento das teses no decorrer das várias publicações³, Nietzsche se mostrará a favor de qualquer projeto dito elevado; ou seja, que almeje os céus, que seja grandioso, que proponha a diferenciação em prol da elevação qualitativa do todo, que apoie o cultivo das individualidades subjetivas e forças plásticas em prol da elevação moral individual. Confundir a aristocracia com um elitismo egoísta decorrente de uma estrutura econômico-social específica, seria equivocado.

Em primeira instância, a aristocracia é considerada desde a antiguidade uma determinação natural na conduta humana, ou como diria o autor, pura manifestação da *Vontade de Poder*⁴. Consequentemente manifestação da vontade de diferenciação e multiplicidade espontânea que nortearia a existência. Mas para Nietzsche, uma estrutura social aristocrática deveria ser cultivada pela formação (educação) ao exemplo do mundo antigo. O que seria o Império Romano para o pensador se não “*a mais grandiosa forma de organização sob condições difíceis até agora alcançada, comparada com a qual tudo o que veio antes, tudo o que veio depois é coisa malfeita, mal-acabada, diletantismo*” (NIETZSCHE, 2011: 115). O mundo romano foi a própria concretização máxima de um projeto político-cultural devidamente aristocrático, e este tinha por determinação a diferenciação entre nobres aristocratas - guerreiros que se auto cultivavam - e a barbárie submetida ao poder – geralmente normativa e reprodutora.

Mesmo que o filósofo tenha se declarado ateu, afirmará que o mundo romano tradicionalmente pagão foi um referencial de nobreza e elevação; e nesta mesma linha de pensamento não é possível deixar de lado a Grécia Arcaica⁵. O importante não seria, pois,

³ Toma-se como pressuposto aqui a noção apresentada pela Scarlett Marton que compreende o desenvolvimento das teses nietzschianas em volta da construção de uma cosmologia que fundamental ao conceito de *Vontade de Potência*; o mundo enquanto *Vontade de Potência*.

⁴ A partir da publicação de *Assim Falou Zaratustra* Nietzsche passará a referir-se à vida como vontade de poder – *Der Wille zur Macht* – expressão que concederia à noção de vida maior expressividade e força. Além de que a noção de vida muitas vezes acaba por ser empobrecida na diversidade de usos declivosos das várias doutrinas que a interpretam. Talvez o termo “vida” aparentasse ser pouco significativo aos olhos do filósofo, talvez ainda o mesmo tenha vivenciado um pouco daquilo que acreditou ser, para os gregos antigos, a vida. A vida enquanto vontade de poder não pode ser compreendida como livre arbítrio ou decisão que parte de uma subjetividade humana. A vontade fala do livre movimento de exposição gratuita, livre de qualquer significação, de qualquer orientação que não seja a simples exposição do existir. Um movimento que se faz, que não objetiva menos que estabelecer, realizar, fazer-se visível, crescer, impor, intensificar, isto é, poder. A vida enquanto vontade de poder é a fala do extraordinário que o grego antigo, em tese, teria experimentado como o elementar de ser-aparecer existencial. Para Nietzsche, a vida é poder especialmente porque é, em maior ou menor medida, realização.

⁵ A Grécia Arcaica é mais bem qualificada por Nietzsche nas obras *O Nascimento da Tragédia* e *Cinco Prefácios*, entre outras.

questionar a validade da religiosidade característica do período antigo, mas apenas avaliar o quanto uma determinada corrente religiosa afirmaria ou desvalorizaria a vida nos seus processos valorativos. Sobre o politeísmo característico do Mundo Antigo, pode-se ler no aforismo 143 da obra *Gaia Ciência* (1882-1887) uma declaração peculiar, segundo Nietzsche, alusiva à sua maior utilidade:

A invenção de deuses, heróis e de super-homens de todas as espécies, assim como de homens “marginais” e de sub-homens, de anões, de fadas, de centauros, de sátiros, de demônios e de diabos, foi uma inestimável preparação a justificação do amor-próprio e da soberania do indivíduo: a liberdade concedida a um deus nas suas relações com outros deuses, acabou por ser concedida a si mesmo, através das leis, dos costumes e dos vizinhos (NIETZSCHE, 2007: 123).

Desta forma, em total contraposição com o universo judaico-cristão, encontra-se o mundo tradicional pagão, onde se sobressai o mundo greco-romano com sua multiplicidade de formas possibilitada pelas centenas, talvez milhares de culturas que o compuseram. O universo politeísta, característico no mundo antigo em geral, foi interpretado pelo filósofo como sendo uma preparação para a afirmação das individualidades, do poder de criação e principalmente de diferenciação qualitativa entre indivíduos; “*uma primária imagem do livre-pensamento, do polipensamento do homem: a força de se criar olhos novos e pessoais, cada vez mais novos e pessoais*” (NIETZSCHE, 2007: 123). Do outro lado da balança está o mundo *monoteísta* judaico-cristão, representando “*a rígida consequência da doutrina de um só homem normal – desta vez, portanto, em um deus normal junto do qual não há senão falsos deuses – foi talvez até agora o maior perigo da humanidade*” (NIETZSCHE, 2007: 123).

A partir daqui se tornam mais evidentes as fronteiras que delimitam noções distintas de valoração e, portanto, noções distintas de moral: os conceitos de *bem* e *mal* oriundos do judaísmo e cristianismo primitivo, e os conceitos de *bom* e *ruim* nascidos da aristocracia guerreira antiga. Tudo indica que o mundo romano, especialmente na fase imperial, representou para Nietzsche o próprio espírito aristocrático manifesto nas suas mais elevadas formas. E mesmo com o fim do Império propriamente dito, ecos de uma moral aristocrática, carregadas de representatividade romana, guerrearão por séculos com aqueles ideais oriundos da moral judaico-cristã.

Bom e Ruim contra Bem e Mal – Roma contra Judéia

Este confronto entre estes tipos apostos de moral que se alastrou pelo mundo romano gerou um embate histórico; em síntese, uma luta entre os conceitos essenciais destes tipos valorativos: *bem e mal* contra *bom e ruim*. As teses relativas às origens da moral como também os conflitos valorativos vigentes na história começam a ser delineados na obra *Para Além do Bem e do Mal* (1886), mais seu aprofundamento dá-se em *Genealogia da Moral* (1887). Ali são postas a maior parte das apreciações referentes às perspectivas existências inerentes a cada gênero valorativo.

Os nobres (bem nascidos), idealizados principalmente no arquétipo romano, eram homens que não necessitavam construir sua felicidade artificialmente, isto porque eram “*plenos, repletos de força e portanto necessariamente ativos, não sabiam separar a felicidade da ação*” (NIETZSCHE, 2007: 30). O juízo bom teria sua origem, ao contrário do que se pensa vulgarmente, nos “*nobres, poderosos, superiores em pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu*” (NIETZSCHE, 2007: 19). A aristocracia seria, primeiramente, uma condição natural, pura superioridade diante da vida, o elemento possibilitador de uma afirmação da existência como ela o é. Sobre isto lê-se:

O pathos da nobreza e da distância, como já disse, o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe baixa, com um “sob” – eis a origem da oposição “bom” e “ruim” [...] É somente com o *declínio* dos juízos de valor aristocráticos que essa oposição “egoísta” e “não egoísta” se opõe mais e mais à consciência humana (NIETZSCHE, 2007: 19).

Nietzsche se utiliza de uma análise filológica no intuito de fortalecer a hipótese. O argumento, de uma maneira geral, pauta-se na apresentação de alguns exemplos linguísticos antigos para a caracterização daquilo que era considerado bom, em detrimento daquilo que era tido por decadente. A designação para o termo “bom” estava majoritariamente vinculada às noções aristocráticas de nobreza, poderoso ou bem nascido, sempre em sentido social ou mesmo espiritual. Da mesma forma, juntamente com o desenvolvimento do conceito de *bom* a partir das noções de elevação moral natural, ou mesmo social (formativa), surge o conceito de ruim, sempre ligado ao de comum, baixo ou plebeu.

Para exemplificar este raciocínio o texto nos fornece alguns exemplos dos quais se destacam os de língua germânica e latina antigas. Na língua germânica *schlecht* - ruim – muito próximo a *schicht* – simples – enquanto no latim *malus* – de pele ou cabelos escuros – designaria os povos autóctones (nativos) que os primeiros conquistadores latinos teriam encontrado na chegada à Península Itálica, contrapostos à primeira estirpe senhorial romana, ainda próxima de suas origens étnicas indo-europeias (ariana) de cabelos claros. Do latim ainda existe o termo *bonus* atribuído ao guerreiro, ‘*homem da disputa, da dissensão (duo), como o guerreiro: percebe-se o que na Roma antiga constituía a “bondade” de um homem*’ (NIETZSCHE, 2007: 23).

O procedimento valorativo aristocrático dos tempos antigos pressupõe uma série de condições a priori e a posteriori. Primeiramente “*uma constituição física poderosa, uma saúde florescente, rica, até mesmo transbordante, juntamente com aquilo que serve à sua conservação: guerra, aventura, caça, dança, torneios, e tudo que envolve uma atividade robusta, livre, contente*” (NIETZSCHE, 2007: 25). Ao contrário dos guerreiros aristocratas, a classe nobre-sacerdotal formou-se a partir de outros pressupostos, já que sua própria condição geral de surgimento lhes impedia de um desfrute intensificado da vida. Comumente teriam sido deficientes ou possuíam problemas de saúde, pressupondo-se assim que os conflitos e as guerras fossem sempre, por eles, evitadas. Sendo assim, dentro da própria aristocracia antiga Nietzsche já consegue vislumbrar uma progressiva cisão de fórmulas interpretativas da existência, e de direcionamentos morais opostos. De qualquer maneira, teria sido uma classe específica de sacerdotes, ou melhor, de um povo majoritariamente sacerdotal, a responsabilidade pela transvaloração dos valores efetuada ainda no Império Romano: os judeus.

Foram os judeus que, com apavorante coerência, ousaram inverter a equação de valores aristocrática (bom = nobre = poderoso = belo = feliz = caro aos deuses), e com unhas e dentes (os dentes do ódio mais fundo, o ódio impotente) se apegaram a esta inversão, a saber, “os miseráveis somente são os bons, apenas os pobres, impotentes, baixos são bons, os sofredores, necessitados, feios são os únicos beatos, os únicos abençoados, unicamente para eles há bem-aventurança” (NIETZSCHE, 2007: 26).

É comum na historiografia reunir o grupo dos judeus com o dos cristãos quando se trata dos relacionamentos sociais com os romanos. Isto porque, “*além da filiação judaica do cristianismo, os dois sistemas religiosos se colocavam simultaneamente fora da perspectiva do politeísmo peculiar ao mundo antigo, pois afirmavam o monoteísmo*” (LE ROUX, 2010:

113) ou seja, o Deus judaico cristão como única verdade. Deste modo os judeus e os cristãos negavam-se a reconhecer os deuses tradicionais de Roma, como também o próprio caráter divino do imperador. E por muito tempo este posicionamento lhes custou caro, pois os dois grupos foram alvos de perseguições repressivas por parte do estado romano durante séculos. Nos dogmas judaicos o Yahvé, dito como único deus dos judeus, e “unicamente para os judeus, lhes haviam prometido a dominação universal” (LE ROUX, 2010: 114). Aos olhos do Império uma crença como esta só poderia promover a desordem social, configurando-se como um desafio direto à força do estado.

Deve-se admitir que o modelo socioeconômico efetuado pelo Império repousava em desigualdades brutais, fontes de incômodos e ressentimentos diários que passavam a se agravar com o tempo até gerar grandes crises. Desde os tempos republicanos a aristocracia romana não se preocupou em diminuir a pobreza ou amenizar a miséria, o que poderia ter evitado futuras turbulências. Desta maneira, o sistema socioeconômico de produção imperial, com grande ênfase no escravismo desde a expansão do estado romano nos tempos republicanos, foi intensificado a níveis alarmantes. Como resultado observou-se o sucessivo aumento das desigualdades e reivindicações em prol de mudanças, como também das revoltas de escravos, especialmente entre os séculos IV e I a.C.

Estes acontecimentos confluíam juntamente com a grande expansão das fronteiras estatais e o fortalecimento do sistema escravista apoiado pelos grandes latifundiários. O período republicano da história romana delimitou as duas fronteiras sociais que se perpetuaram durante o Império. De um lado uma aristocracia cada vez mais determinada por recursos financeiros, do outro a classe plebeia basicamente composta por artesãos e agricultores muitas vezes desempregados ou desocupados. Tudo aquilo, mesmo para os pensadores da época como Marco Aurélio ou Epiteo, lhes aparecia como uma ordem natural do universo. Portanto o Império Romano *“não foi em absoluto um modelo de justiça, nem de organização humana ideal [...] os adversários não foram somente os povos exteriores [...] muitos cidadãos do Império tomaram atitudes que corresponderam aos primeiros passos para as mudanças”* (LE ROUX, 2010: 103).

De uma maneira ou de outra assim começou a grande revolta dos escravos na moral, uma transvaloração⁶ que foi vitoriosa, mas isto, em um longo percurso de tempo. O fato é que os

⁶ A expressão “transvaloração” é utilizada por Nietzsche para expressar a superação total de uma gama de valores instituída em um dado momento da história. Deste ponto de vista o raciocínio aqui apresentado, de uma hipotética transvaloração valorativa ocorrida ainda no mundo antigo, poderia não se enquadrar perfeitamente quando se levado em conta as teses nietzschianas em sua máxima precisão. Além de que as insurgências socioculturais e políticas ocorridas no mundo antigo poderiam ser descritas como uma simples “inversão perspectivista” dos valores até então vigentes. Ainda assim, optou-se aqui pelo termo transvaloração por sua

romanos não executando medidas efetivas de harmonização social, acabaram por cultivar as crises dos últimos centenários da história do Império. Séculos banhados com o descontentamento não só dos miseráveis, mas de maneira geral da população abarcada pelas fronteiras. A corrupção era selvagem, o sistema escravista entrava no seu período de colapso ao fim das guerras de expansão, e cada vez mais as cidades se tornavam instáveis em decorrência da má administração, como também por causa das invasões bárbaras a partir do século III d.C. Estes fatores impulsionaram um êxodo urbano em direção a regiões menos habitadas, e juntamente com esta crise deu-se o processo transvalorativo iniciado e propagado pelos judeus e cristãos primitivos. Ali se encontrava o momento perfeito para as classes sacerdotais efetuarem uma revolução na maneira de pensar e sentir do Império.

Diferentemente do processo valorativo aristocrático que julga o que é *bom* e *ruim* a partir de uma condição de superioridade diante da vida, os judeus partiram de baixo, do ódio contra os poderosos, do próprio ressentimento como mecanismo valorativo. Este outro olhar, “o ódio criador de ideias e recriador de valores, como jamais existiu sobre a terra” (NIETZSCHE, 2007: 26), foi vitorioso ao longo dos dois mil anos que se passaram. Nietzsche alerta que a luta entre os dois direcionamentos valorativos nunca deixou de existir, mesmo que um tenha se saído momentaneamente vitorioso. Ele chega a afirmar que o maior acontecimento da história, como também o mais trágico, foi o momento em que os valores aristocráticos romanos perderam a supremacia dentro do Império para os valores judaico-cristãos. Nas suas próprias palavras:

O dístico dessa luta, escrito em caracteres legíveis através de toda a história humana, é “Roma contra Judéia, Judéia contra Roma”: - não houve, até agora, acontecimento maior do que essa luta, essa questão, essa oposição moral. Roma enxergou no judeu algo como a própria antinatureza, como que seu monstro antípoda; em Roma os judeus eram tidos por “culpados de ódio a todo gênero humano [...]” (NIETZSCHE, 2007: 43).

O fim do Império e a vitória da Judéia no decorrer da história

Os conflitos entre os conceitos de *bom* e *ruim* contra *bem* e *mal* surgiram no Império Romano, ou pelo menos se intensificaram e se modelaram neste. Tudo leva a crer que o sistema de produção escravista de Roma, como também a própria divisão social que se

força simbólica, mesmo que não perfeitamente enquadrado ante sua significação primária, mas objetivando uma maior experimentação do fenômeno teorizado por Nietzsche.

modelou no decorrer da história romana, contribuiu significativamente para o acontecimento; como foi dito, o sistema imperial se tornou progressivamente dependente deste tipo de economia. Nietzsche não se preocupa em frisar um aspecto importante que norteou o processo de transvaloração, justamente a brutalidade peculiar do sistema escravista romano. É incrível como este aparelho socioeconômico contrasta brutalmente com outros do mundo antigo. Pode-se compreender melhor este contraste ao se observar as civilizações celta e germânica, contemporâneas do Império; tanto em uma quanto na outra não se observa a mesma dependência socioeconômica dos escravos, nem uma exclusão social tão brutal quanto a efetuada pelos romanos.

Nietzsche declara que os fortes e nobres romanos, *“como jamais existiram mais fortes e nobres, e nem foram sonhados sequer”* (NIETZSCHE, 2007: 44), sucumbiram diante da transvaloração judaico-cristã que durou mais de um milênio. O filósofo assegura que a renascença teria sido um momento ápice em que Roma *“se agitou como um morto aparente que é despertado, sob o peso de uma nova Roma judaizada sobre ela construída [...] mas logo triunfou de novo a Judéia”* (NIETZSCHE, 2007: 44). A Judéia também teria triunfado na Revolução Francesa colocando abaixo os últimos ideais de nobreza aristocrática existentes na Europa e na França do século XVII e XVIII. A figura de Napoleão Bonaparte é citada como o mais tardio de todos os aristocratas ao molde romano, uma síntese de *“inumado e sobre-humano...”* (NIETZSCHE, 2007: 45), o último dos grandes homens.

Por fim, Nietzsche afirmará que o Império Romano caiu em decorrência dos cristãos, alega que essa *“organização era sólida o bastante para resistir a imperadores ruins”* (NIETZSCHE, 2007: 116) como a qualquer horda de bárbaros ou crises sociais. Conclui que os cristãos, *‘esses anarquistas santos fizeram da destruição do “mundo”, quer dizer, do Imperium Romanum, até que não restasse pedra sobre pedra, uma questão “devoção” – até o ponto em que mesmo os germanos e outros grosseirões pudessem dominá-lo...’* (NIETZSCHE, 2007: 116). O fato é que, a maior de todas as organizações de cunho político-cultural aristocrático foi à ruína como resultado de um longo processo que instaurou, primeiramente, dependência econômica da classe escrava por parte do Império, em segundo, bestial exclusão social das classes abastadas dos bens de consumo e da vida cultural.

Tal política, por centenas de anos, cultivou ódio e rancor naqueles que eram submetidos ao poder imperial. Não restava mais nada a fazer, por parte dos escravos e plebeus, que unir forças em prol de uma causa que consideravam extremamente nobre, ou seja, a “destruição do Império”, ou melhor, a revolução dos valores basilares que

sustentavam o sistema imperial. A instauração do sistema imperial levou a uma lenta mas progressiva reação por parte das classes baixas, e sua decorrência última foi a inversão dos valores da época; e juntamente com isso a inversão da condição daqueles que detinham o poder. O efeito disto foi o sucessivo enfraquecimento do estado romano como um todo, ao ponto que as invasões bárbaras não passaram de um último golpe em um estado moribundo que já não se reconhecia na antiga imagem da grande potência conquistadora.

A batalha acabou por ser vencida num processo lento, mas intenso, de transvaloração dos valores aristocráticos da época. Como a maior parte da população imperial vivia em condições miseráveis, dentro de um sistema escravocrata que entrava em crise, não foi difícil o trabalho dos sacerdotes na conversão e direcionamento das forças de uma grande massa rancorosa ao apoio das causas judaico-cristãs que pregavam justiça, igualdade e liberdade. Sobre a queda do Império deve-se ter por base que, se observado de fora, o mundo romano aparentava ser mais cobiçado do que temido. Acumular todos os tipos de problemas obrigava a administração romana a recorrer de modo repetido à violência; as reações a este tipo de política eram iminentes em todos os recantos do Império, e insistiam em não se deixar vencer.

Mesmo com a queda do Império propriamente dito, Nietzsche compreendeu, a partir de sua representação o ideal dos valores aristocráticos, a existência de um eterno confronto destes com aqueles valores arraigados à cultura judaico-cristã. A linha de raciocínio apresentada pela prof. Dr. Muñoz pode auxiliar na compreensão da vigência do embate entre Roma contra Judéia, ou ainda, do Império Greco-Romano contra o Judaico-Cristianismo; ou seja, *bom e ruim* contra *bem e mal*. Levando em conta que os chamados *conceitos morais* possuem relação direta com os *sentimentos morais* (NIETZSCHE, 2004: 35), e que muitos destes podem ser transmitidos enquanto heranças culturais, *‘nós poderíamos dizer que somos herdeiros tanto do sentimento que reúne Roma, “mundo” e “pecado”, como dos conceitos morais que têm acompanhado esse sentimento’* (MUÑOZ, 1999: 64).

E onde se refletiriam estes conceitos e sentimentos morais herdados culturalmente, e que poderiam representar a “Vingança contra Roma” ainda na atualidade? Estes reflexos da transvaloração judaico-cristã ‘se encontram nos filmes sobre Roma que assistimos desde crianças, nos manuais escolares em que a “história romana” é acompanhada de conceitos morais que a censuram e, em geral, no sujeito burguês-cristão’ que passa por nós’ (MUÑOZ, 1999: 64). Uma educação determinada por uma moral vingativa que se reflete nos juízos valorativos do dia a dia, como ainda na própria interpretação dos registros históricos

que culmina em uma relação de imparcialidade mínima “danificada” diante do objeto de reflexão e análise.

Referências Bibliográficas

NIETZSCHE, Friedrich. *A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos*. Tradução: Maria Inês Madeira de Andrade. Rio de Janeiro: Editora Elfos, 1995.

_____. *Cinco Prefácios*. Tradução: Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1996.

_____. *Obras Incompletas*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

_____. *Aurora*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

_____. *Sobre o Futuro dos Estabelecimentos de Ensino*. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Editora Puce Loyola, 2004.

_____. *Fragmentos Póstumos e Aforismos*. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Editora Puce Loyola, 2004.

_____. *Escritos Sobre a História*. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Editora PUC e Ed. Loyola, 2005.

_____. *Crepúsculo dos Ídolos*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

_____. *Genealogia da Moral, Uma Polêmica*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

_____. *O Anticristo*. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre, RS: Editora L&PM Pocket, 2011.

_____. *A Gaia Ciência*. Tradução: Jean Melville. São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2007.

LAUNAY, Olivier. *A civilização dos Celtas*. Rio de Janeiro: Editora Editions Feni, 1980.

LEFRANC, Jean. *Compreender Nietzsche*. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

LE ROUX, Patrick. *Império Romano*. Tradução: William Lagos. Porto Alegre, RS: Editora L&PM Pocket, 2010.

LOUTH, Patrick. *A civilização dos germanos e dos vikings*. Rio de Janeiro: Editora Editions Ferni, 1980.

MARTON, Scarlett. *Nietzsche: Das forças cósmicas aos valores humanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MUÑOZ, Yolanda Gloria Gamboa. *A Vingança contra Roma. Cadernos Nietzsche*. Cidade: São Paulo, Vol. 1, Fascículo 6, p. 63 – 74, 1999. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/df/gen/pdf/cn_06_04.pdf. Acesso em 17 de julho de 2011.

SAFRANSKI, Rudiger. *Nietzsche: Biografia de uma tragédia*. Tradução: Lya Luft. São Paulo: Editora Geração, 2005.

SCHMIDT, Joel. *Júlio César*. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre, RS: Editora L&PM Pocket, 2006.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Tradução: Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

_____. *O Império greco-romano*. Tradução: Marisa Motta. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

_____. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em: 05/09/2012
Aprovado em: 25/11/2012